

ARTIGO

A RACIALIZAÇÃO NOS DISCURSOS MIGRATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA:

NOTAS PARA O DEBATE

WELINGTON AUGUSTO BLUME

Mestre em História, Doutorando em História pela PUCRS
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6138-6926>

ANTONIO DE RUGGIERO

Doutor em História, Docente da PUCRS
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5724-5709>

RESUMO: O presente estudo analisa a racialização dos discursos migratórios para a América Latina, utilizando como recorte temporal as décadas de 40 e 50 do Século XIX. As fontes de pesquisa utilizadas são livros escritos por políticos e intelectuais do período. A produção literária desses autores reflete o pensamento imigrantista da época, que tem por base a defesa da vinda de imigrantes europeus para a América Latina. A partir do recurso metodológico da análise de conteúdo, o presente estudo sustenta que a base argumentativa dos autores é amparada nos discursos racializados do período, os quais destacam a nacionalidade e a profissão dos imigrantes como designações positivas para promover o progresso e a civilização na América Latina. Tais concepções estavam sedimentadas nas ideias desenvolvidas desde o início da modernidade, marcadamente em autores como Linnaeus, Buffon e Humboldt.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantismo; Racialização; América Latina.

RACIALIZATION IN MIGRATION DISCOURSES IN LATIN AMERICA:

NOTES FOR THE DEBATE

ABSTRACT: This study analyzes the racialization of migration discourses regarding Latin America, focusing on the 1840s and 1850s. The research sources are books written by politicians and intellectuals of that period. The literary production of these authors reflects the pro-immigration sentiment of the time, which advocated for European immigrants to settle in Latin America. Employing content analysis as a methodological approach, this study argues that the authors' argumentative foundation relies on the racialized discourses of the era, which emphasize the nationality and profession of immigrants as positive attributes to foster progress and civilization in Latin America. These notions were rooted in ideas developed since the onset of modernity, notably by authors such as Linnaeus, Buffon, and Humboldt.

KEYWORDS: Imigrantismo; Racialization; Latin America.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v81p34-59>

Recebido em: 19/08/2024

Aprovado em: 05/11/2024



Introdução

A imigração estava em pauta nos países da América Latina na metade do século XIX. Cada vez mais a ideia de que os imigrantes europeus poderiam resolver questões de ordem econômica e social aparecia na retórica de políticos e intelectuais. Célia Maria Marinho de Azevedo salientou que a imigração europeia passou a estar vinculada com pressupostos civilizatórios, e que o imigrante europeu, de forma majoritária, era percebido como disciplinado e responsável, suficientemente condicionado à ética do trabalho contratual e possuía capacidades de iniciativa que não eram percebidas nas populações nacionais (Azevedo, 1987). Essas bases narrativas que estão sedimentadas em noções racializadas dos seres humanos encontraram ressonância em diversos autores de obras sobre imigração e colonização. Para o presente artigo, tem-se como objetivo analisar como tais considerações estiveram presentes em algumas obras imigrantistas entre Brasil e Chile durante as décadas de 40 e 50 do século XIX, com ênfase para temas como geografia, clima e nacionalidade. O recurso metodológico utilizado está vinculado com a Análise de conteúdo (Bardin, 1977), cujo princípio básico consiste em identificar temas, padrões e características que possibilitem entender as intenções e significados por trás dos discursos.

A base teórica para a análise está sedimentada no pressuposto da racialização, cujo princípio é o de refletir sobre processos sócio-históricos, por meio dos quais as categorias raciais são criadas, habitadas, transformadas e destruídas, significando e simbolizando conflitos e interesses sociais em referência a diferentes tipos de corpos humanos (Fassin, 2018, p.63). Para tanto, foram escolhidas algumas passagens para que seja possível verificar quais identificadores raciais prevaleciam na abordagem de questões geográficas e climáticas vinculadas às discussões migratórias.

Imigração e colonização: modelos ideias, geografia e clima

Domingo Faustino Sarmiento, foi diretor da revista *Sud-America* – publicada no Chile em três tomos, no ano de 1851 – destinada para a elite intelectual latino-americana. Os textos presentes na revista contemplavam questões de diferentes âmbitos, normalmente organizados em forma de

artigos de opinião e ensaios de colaboradores latino-americanos ou até mesmo traduções de publicações estrangeiras. Entre os autores, merecem destaque o próprio Sarmiento e Vicente Pérez Rosales.¹

No primeiro tomo, Sarmiento traduziu o volume intitulado *Emigracion Alemana a la América del Sud – Rio de la Plata* (originalmente publicado na Alemanha 1846), escrito por Wappaüs, professor de estatística e geografia da Universidade de Göttingen, que descreve as vantagens que os imigrantes alemães poderiam encontrar ao escolherem a América do Sul como destino de suas emigrações. Na acepção do autor, os Estados Unidos já estariam sobrecarregados de compatriotas, enquanto as terras contavam com variação de preços considerável e a procura por empregos era tão difícil quanto na Europa. Para justificar seu argumento, apresentava a região do Rio da Prata como destino alternativo propício pela abundância de terras e possibilidades de trabalho oferecidas. Salientava ainda que nessa região o clima era favorável para a vida dos europeus, pois havia uma distância considerável da área em comparação com a “América Tropical”:

La parte de la América del Sud llamada Provincias Unidas del Rio de la Plata en las cartas de jeografía, o la Republica o Confederacion Argentina, se estiende de Sur a Norte desde el trópico de Capricornio, abrazando toda la zona templada del Sud, hasta la Patagonia i el estrecho de Magallanes, por una distancia de mas de ochocientas leguas, i desde la Cordillera de los Andes que la separa de Chile i el Océano Pacífico, hasta el Atlántico i el Brasil, sus límites al Naciente, una distancia de cuatrocientas leguas en su mayor anchura [...] La ciudad de Buenos-Aires tiene por ejemplo la misma temperatura de Barcelona, pero los inviernos mas templados i los veranos mas frescos i por conseguinte un clima mas igual, mas agradable que aquel de la mencionada ciudad en Cataluña [...] Mendoza provincia situada al pié de los Andes, a donde se cultiva la uva en abundancia tiene fama por la salubridad i hermosura de su clima, recomendado, como en Europa el Sud de la Francia a los que adolecen del pulmón” (Wappaüs, 1851, p. 209-210).

A discussão que o autor propõe se estende por mais alguns parágrafos e a lógica de argumentação segue a mesma: as cidades situadas na região platina teriam plenas condições de receber europeus, pois seu clima era semelhante com o das cidades europeias. Com isso, os imigrantes alemães não precisariam se preocupar com o clima, que não deixava nada a desejar

¹ Foi viajante, escritor, agente de colonização e cônsul chileno na Europa.

em comparação com os Estados Unidos. Para fortalecer o argumento, o autor ainda tece comparações: “el clima de Chile i de la República Argentina es análogo al de la Andalucía en España, i al del medio día de la Francia” (Wappaüs, 1851, p. 211). Assim, os alemães, elogiados a partir de marcadores raciais como sua “horradez proverbial, sus costumbres laboriosos i caráter pacífico e tranquilo”, poderiam encontrar na América do Sul alternativas para emigrar, tendo em vista que o contexto estadunidense estava se tornando desfavorável.

Na historiografia, a vinculação entre imigração, clima e geografia foi contemplada nos estudos de Marlon Salomon (2005). Para o autor, havia alguns questionamentos em vigência no contexto do século XIX: “até que ponto era viável o estabelecimento de emigrantes europeus nas partes tropicais do globo? Poderiam eles resistir à ação desse clima? A que tipo de mutações eles estariam passíveis, uma vez transferidos das partes amenas da Europa para essa região?” (Salomon, 2005, p. 98). As mesmas perguntas estão presentes em outros dois documentos aqui analisados. *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion e colonizacion* (1854), escritas por Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes² e Vicente Pérez Rosales. Rebatendo críticas europeias quanto ao clima insalubre de Brasil e Chile, Abrantes e Pérez Rosales defenderam que ambos os países eram propícios para a colonização.

Abrantes inicia suas considerações citando uma nota do Barão de Reden – Chefe da Estatística do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Berlim (Abrantes, 1846, p. 13) – cuja visão negativa sobre o estabelecimento de colônias no Brasil gerou preocupação. Na perspectiva do intelectual, a única região apropriada para receber europeus estava localizada no Sul do Brasil, sobretudo nas Províncias de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, “tanto á respeito das circunstancias geographicas como do clima” que “são recomendáveis para colonias agrícolas de Alemaens” (Abrantes, 1846, p. 60), enquanto o restante do território deveria ser observado com uma série de ressalvas, sendo mais recomendado que os imigrantes se dirigissem para os Estados Unidos.

² Foi político e diplomata brasileiro que atuou durante os primeiros anos do II Reinado.

Percebendo que há depreciação do clima brasileiro, Abrantes argumenta da seguinte forma:

A'esta des-favoravel opinião, dominante na classe que pensa e dirige a multidão, acresce que as Companhias que vivem da emigração quase exclusiva para a America do Norte, receozas de que se ella desvie para o Brazil, tem o cuidado de avivar de quando em quando nas gazetas, mais lidas pela gente commum, a lembrança da miseria, ja encontrada por muitos, e que aguarda a todos os colonos que para la se destinarem; assim como de exagerar os ardores do nosso clima, contrario á saude dos Alemaens, a difficuldade de adquirir terras e achar emprego entre nos, a existencia da escravatura que obsta ao desenvolvimento do trabalho livre (Abrantes, 1846, p.13).

Ou seja, na interpretação de Abrantes, a representação do Brasil como um lugar insalubre refletia os interesses dos donos de companhias de colonização que levavam imigrantes aos Estados Unidos. O autor retoma o assunto ao final da sua obra, onde apresenta seis pontos que seriam essenciais para alavancar um processo de colonização nas terras devolutas brasileiras. O quarto ponto, em particular, volta a tratar do clima e da geografia. A demarcação e venda de terras deveria ser feita

em alguns pontos do litoral de S. Paulo, do Continente de S. Catharina, e do Rio Grande do Sul, e de paragens mais accessiveis das outras Provincias. Ouso asseverar, que a primeira porção de terras que for exposta á venda, mormente fora dos trópicos, achará compradores na Alemanha, e será logo occupada por bons colonos. Ao primeiro ensaio desta natureza, que não deixará de ser bem sucedido, seguir-se-hão outros e outros; e desde que for conhecido na Europa o bom exito dos colonos assim estabelecidos, poderemos contar com a perene emigração de braços livres para as nossas Provincias (Abrantes, 1846, p.40).

Para aprofundar o assunto, Abrantes ainda insere uma nota de rodapé explicando o que entendia sobre a colonização em regiões tropicais:

Bem que o Sabio R. de la Sagra (Histoire Phis. Et Polit. De l'Isle de Cuba 1844) acade de sustentar que os Europeos podem trabalhar entre os Tropiccos sem perigo de vida; he com tudo certo que a opinião contraria, e de longa data, prevalece na Europa. O Governo Inglez, cujos actos tem a maior influencia, como que deo ganho de causa aos que entendem que a raça branca não serve para a cultura das Antilhas, pois não so conservou nelas os emancipados, mas procria introduzir novos Africanos á titulo de colonos. Outros sabios, que tem grande autoridade por viagens e observaçoens que fizeram, não aconselham aos Europeos das regioens septemtrionaes que se vão estabelecer em paizes

proximos do Equador; e entre os que assim pensão figura o celebre e veneravel Barão de Humboldt, residente aqui. Entretanto ninguém duvida do prospero futuro das regioens da America situadas na Zona torrida; admitindo todos, que os filhos dos Europeos, nascidos nas vizinhanças dos Tropicos podem trabalhar sem risco em qualquer paragem da mesma Zona. Isto posto seria prudente da nossa parte, que favorecessemos desde ja a emigração para as Provincias meridionaes do Imperio, afim de que se va organizando nellas o trabalho livre, eformando o viveiro de colonos aclimatados, que devão substituir, em tempo, aos braços escravos na cultura das Provincias do Norte (Abrantes, 1846, p.40).

Há vários elementos dessas passagens que precisam ser analisados. O primeiro e mais perceptível trata do destaque dado por Abrantes às províncias localizadas no Sul do Império. Segundo Salomon (2005), durante a metade do século XIX, ocorre uma mudança conceitual importante acerca dessa região do território nacional. Na nomenclatura, as regiões antes denominadas de “meridionais” passam a ser designadas por outra definição, “Sul do Brasil”. A única referência que Abrantes faz à “Provincias meridionaes” está contida na citação acima; no restante da sua obra, a expressão é substituída por “Províncias do Sul do Império”. Essa ideia está em sintonia com outros trabalhos publicados no período na Alemanha, como é o caso de *Ideen zu einem Vereine zum Schutze und zu Uterstützung deutscher Einwanderer in Südbrasilien* [Ideias fundamentais para uma emigração sistemática para o sul do Brasil], escrito por Johann Jakob Sturz em 1845; *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutschen Auswanderung und Kolonisation* [O sul do Brasil em suas relações com a emigração e colonização alemã], escrito por Hermann Blumenau, em 1850 e *Südbrasilien. Ein Handbuch zur Belehrung Jedermann, insbesondere für Auswanderer* [O sul do Brasil. Um livro de instrução para todos, em especial para os emigrantes], de Hörmeyer, escrito em 1857 (Salomon, 2005, p.103). O que estas obras têm em comum é a percepção do Sul do Brasil como um espaço propício para receber imigrantes alemães. A região, delimitada e circunscrita em um território específico, teria as características ideais para acolher europeus. Para Salomon,

a condição para se pensar a especificidade de uma determinada região em relação ao clima que lhe é característico, torna-se possível com a constituição na Alemanha no início do século XIX, da geografia como ciência, através de Karl Ritter e Alexander von Humboldt. Sabe-se que com Humboldt constitui-se a biogeografia, ou seja, uma geografia botânica e uma geografia zoológica, cujo objeto de estudos é

justamente “a repartição das plantas segundo os climas”. O interesse de Humboldt, o que veremos publicado em *Kosmos* a partir de 1845, é precisamente o de estudar “a vida sobre a terra e as relações da vida com o meio físico”. Sem dúvida, a biogeografia torna possível que se fale na especificidade do clima no sul do Brasil em relação ao Império e das suas características, como meio físico, através das influências exercidas sobre os emigrantes que ali podem ser estabelecidos (Salomon, 2005, p.106).

As províncias que passam a compor o sul do Brasil são as mesmas que faziam parte do Brasil meridional. Todavia, as diferenças estão circunscritas nas associações que passam a ser feitas sobre esse espaço biogeográfico, cujo clima saudável e propício para o desenvolvimento de uma vida em pleno equilíbrio era contraposto aos trópicos, no qual a insalubridade do climática seria prejudicial à saúde dos imigrantes (Salomon, 2005).

As afirmações de Abrantes também trazem em seu bojo marcadores raciais. Na sua concepção, somente depois de um período de adaptação ao clima subtropical brasileiro, os colonos estariam aptos a trabalhar em regiões mais quentes, como São Paulo e Minas Gerais, substituindo, com o tempo, os africanos escravizados.

O que não está dito nessa passagem é a ideia difundida no período acerca da preguiça e indolência das populações originárias e escravizadas que seriam vinculadas ao clima tropical dessas regiões. O tema em questão possui ampla discussão. Francisco Bethencourt (2015) compreende que há um processo longo de representações sobre as diferentes populações desde o início da Modernidade, período em que se percebe com maior clareza a caracterização dos seres humanos oriundos dos diferentes ambientes. É desse período que data também a construção da divisão geográfica do mundo em continentes, segundo a qual se desenvolveu, pela primeira vez, uma série de características que descreviam americanos, europeus, asiáticos e africanos. Segundo Bethencourt, “em 1570, Abraão Ortélio publicou o primeiro atlas impresso relevante do mundo, *Theatrum Orbis Terrarum*, uma das obras mais vendidas da altura, apesar do custo, com quarenta e uma edições impressas até 1612” (Bethencourt, 2015, p.100).

O programa iconográfico desse atlas revela a percepção estereotipada europeia acerca dos demais continentes, originados no contato colonialista inaugurado pelo que Bethencourt chama de “exploração oceânica”. O que é

mais perceptível nesse primeiro atlas são as características atribuídas aos continentes africano, americano e asiático: os três são representados por mulheres seminuas, distantes do centro da tela e que denotam algum tipo de submissão. Como Bethencourt demonstra no decorrer de seu trabalho, esse atlas serviu de base para a construção de diversos estereótipos sobre as civilizações não europeias. Com o decorrer do tempo, foram inseridas as hierarquias, por Linnaeus, a degeneração humana, por Buffon e a naturalização das desigualdades, por Gobineau. Todas essas concepções, com suas variações, foram construídas a partir de denominadores comuns, como o atlas de Abraão Ortélio. Assim, essas descrições estereotipadas dos seres humanos serviram de base para o desenvolvimento de representações posteriores, que passaram a englobar, além de características como cor, vestimentas e organização social, as relações dos seres humanos com a natureza e com o clima - que passaram a ser percebidos, sob o prisma da racialização, como marcadores raciais.

As acepções mais depreciativas da relação entre o clima e as capacidades cognitivas dos seres humanos se desenvolveram sobre o continente africano a partir de uma série de oposições: o Norte, no qual o clima era seco e frio e o Sul no qual o clima era quente e úmido. Mais próximo da Europa, no norte do continente, os homens seriam sadios e belos, enquanto no Sul os homens eram doentes, feios e frágeis. Essa relação se daria, entre outros motivos, pelo clima tórrido, que deixava os corpos negros e frágeis sujeitos a males como a gangrena, epilepsia e diarreias. Ao Norte, os corpos, isentos de doenças, teriam uma coloração mais rosada (Priore; Venâncio, 2004, p.58). Essa concepção, como demonstrou Bethencourt (2015), atravessou os séculos e foi ressignificada constantemente. Seja por viajantes, naturalistas, botânicos ou intelectuais e políticos, tais ideias serviram de base para justificar o colonialismo em diferentes períodos. Na pena de Kant, as condições ambientais condicionavam as capacidades humanas. O frio úmido sempre estava associado à população da Europa Setentrional, o frio seco à pele acobreada americana, o calor húmido aos negros da Senegâmbia e o calor seco à pele de um tom azeitona-amarelado dos indianos (Bethencourt, 2015, p.347). De forma hierárquica, os europeus sempre são relacionados aos climas frios e húmidos, que seriam mais propícios ao desenvolvimento

intelectual; característica raramente encontrada em outras regiões do globo, onde prevaleciam os climas quentes e úmidos ou quentes e secos.

Esses estereótipos influenciaram de forma significativa as representações sobre o continente americano e por isso, como reclamou Abrantes, a ideia de que o Brasil seria um país com clima insalubre o incomodou. No bojo dessa discussão, está a ideia de racialização, porque o clima passou a estar relacionado com as capacidades cognitivas dos seres humanos. Desde Montesquieu, a inferioridade da América foi posta em relação com o clima, “as instituições e os costumes, sendo a escravidão, a poligamia e o despotismo considerados formas características dos países quentes” (Ventura, 1988, p.46). Além disso, o clima do continente também estaria relacionado com a predisposição da população ao alcoolismo e à concubinação. Em contraposição, “na América do Norte o clima temperado atrairia povos laboriosos e livres, favorecendo a cultura pacífica e sedentária, na zona tórrida do continente, a escravidão e as monarquias absolutas seriam os efeitos diretos das condições naturais” (Ventura, 1988, p.46). Por isso o esforço de Abrantes em construir a ideia de um lugar ideal para receber imigrantes europeus. O Sul do Império passa a constituir esse espaço, onde o clima frio e húmido estaria em conformidade com o modo de vida europeu, dando melhores condições para sua adaptação e posterior desenvolvimento da agricultura, comércio e demais atividades de cunho social e econômico.

Pérez Rosales parte do mesmo princípio para abordar as potencialidades regionais chilenas para a imigração com europeus – sendo o autor um defensor da biogeografia chilena. Pérez Rosales faz parte do grupo de intelectuais que pretendia construir uma imagem positiva do território chileno, contraposta à parte significativa dos cronistas que percorreram o território durante o período colonial (Baeza, 2008). Para o autor, “Chile es uno de los países mas favorecidos en esto por la naturaleza. En su clima benigno i templado, no existen aquellas enfermedades endémicas que son el azote de la humanidad en otras partes” (Pérez Rosales, 1854, p.38). O autor se refere a gangrena, epilepsia, febres e diarreias, muito presentes em países tropicais. Além disso, Pérez Rosales salienta que “en su suelo no se encuentran ni animales penzoñosos, ni plagas de zancudos, ni fiera alguna que pueda turbar la tranquilidad del solitario habitante de los bosques” (Pérez Rosales, 1854, p.38). Essas características positivas do território chileno seriam essenciais

para um país que pretendia receber um contingente significativo de europeus oriundos do norte da Europa. E o exemplo prático dessa relação entre o clima e as migrações europeias poderia ser percebida em Valdivia, onde

existen varios emigrados que alhagados con ventajas conocidas, se habían trasladado a Coquimbo i a Santiago, i que no pudiendo sufrir el calor para ellos insoportables de nuestro norte, lo han abandonado todo por el cielo fresco i humedo de aquella Provincia. Esta indicacion pudiera aprovechar a los que pretenden hacer venir emigrados por su cuenta. El norte de la Europa solo puede proporcionar habitantes a nuestro sur (Pérez Rosales, 1854, p.38-39).

De tal modo, Pérez Rosales também aposta no argumento de que o clima frio e húmido do sul do território chileno é propício para imigrantes europeus. Nesse sentido, tanto Abrantes como Pérez Rosales realizam essas discussões a partir de uma concepção racializada da geografia e dos climas, cujas diferenciações serviram para hierarquizar os diferentes seres humanos, desde o continente africano até o europeu. As aptidões, qualidades e características estão em diálogo com as variações climáticas. E de tal modo, é notável o esforço que os autores fazem para aproximar as condições climáticas sulinas de Brasil e Chile das estadunidenses – onde o clima e a geografia favoreceriam a vinda de imigrantes laboriosos e livres, compatíveis com a imagem do imigrante ideal que construíram –, criando assim uma região ideal para a imigração e colonização com europeus.

O contexto intelectual do século XIX, marcadamente a partir de obras imigrantistas, denota a produção de diversas narrativas similares e que compõe o mosaico racializado que está em consonância com as discussões sobre a vinda de imigrantes europeus para as Américas. Os marcadores raciais estão presentes a partir de diversas formas, mas de maneira mais perceptível a partir de variações como a percepção de que os europeus seriam populações mais “inteligentes” e “industriosas” (Wappaüs, 1851, p.209). Outros exemplos são encontrados a partir do breve panorama descrito abaixo.

Na Argentina, Sarmiento publicou a obra *Facundo: civilización y barbarie*, em 1845, e mesmo que o tema central da obra não seja imigração e colonização, tratou de defender a vinda de imigrantes europeus para o território argentino. Fez isso a partir de uma crítica a Juan Manuel Rosas, na qual atacou sua política centralizadora e sua hostilização à imigração

estrangeira. Para Sarmiento, a chave para o desenvolvimento econômico e social estava sedimentada na vinda de imigrantes europeus para a Argentina. Em 1852, Juan Bautista Alberdi publicou *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, a partir do qual defende que “gobernar es poblar”, dedicando um capítulo inteiro da obra sobre o assunto. Dentro desse debate, insere-se a vinda de europeus para trazer o progresso e a cultura para a América do Sul, no qual defende que “la Europa nos traerá su espíritu nuevo, sus hábitos de indústrias, sus prácticas de civilización, en las inmigraciones que nos envíe” (Alberdi, 1916, p.97).

No Brasil, o tema foi amplamente debatido ao longo do Oitocentos, com a especificidade de que no Império a discussão sobre a vinda de imigrantes europeus era feita ao lado da substituição do trabalho com escravizados pelo trabalho livre. Em 1821, João Severino Maciel da Costa publicou *Memoria sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionar*, no qual questiona o tráfico e o sistema escravista e apresenta o negro como inimigo, em função de sua natureza bárbara. Seu argumento seria de que a escravidão deveria ser gradualmente substituída pelo trabalho livre com a introdução de imigrantes europeus. Em 1826, José Eloy Pessoa da Silva publicou *Memoria sobre a Escravatura e Projecto de Colonisação dos Europeus e Pretos da Africa no Imperio do Brazil*, propondo assim como Costa a gradual abolição da escravidão mediante a inserção de europeus e africanos – estes deveriam ser trazidos da Costa Ocidental do ocidente, onde a Inglaterra estava a civilizá-los. O próprio Visconde de Abrantes, em 1835 publicou *Memoria sobre o estabelecimento d'uma companhia de Colonisação nesta Província* [Bahia], no qual questionava “a funesta necessidade de Africanos” (Almeida, 1835, p.3) e propunha a introdução de imigrantes europeus oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Suíça e França.

No Chile, Ignacio Domeyko publicou *Memoria sobre la colonizacion en Chile*, no ano de 1850, na qual defende a vinda de agricultores europeus para ocupar as terras devolutas chilenas. Considerava que o Sul do território deveria ser explorado para esse empreendimento, em decorrência de seu clima se adequar melhor com os europeus e reiterava que essa era uma aposta

concreta para atrair o “progreso moral e intelectual” (Domeyko, 1850, p.4). Anos depois, Benjamin Vicuña Mackenna publicou *Bases del informe presentado al Supremo Gobierno sobre la inmigracion extranjera*, em 1854. O autor argumentou que a imigração deveria ser pensada como um grande processo civilizatório, que transformaria por completo os sistemas produtivos, a sociedade e a economia chilena, alavancando-a como potência do continente. Ao lado disso, entendia que a imigração seria fundamental para criar zonas de contato entre europeus e indígenas, com o intuito de civilizar esses povos e afirmando que os melhores imigrantes seriam de origem alemã, por serem considerados por seu “carácter, como individuo de uma raza especial, como ciudadano de una comunidad política, como ser, enfin, sujeto a ciertos hábitos i a ciertas necesidades” (Mackenna, 1854, p.40).

Nesse sentido, o interesse em atrair imigrantes europeus ultrapassava as fronteiras de Brasil e Chile, tendo ressonâncias também em países como a Argentina – e outros países do continente, como o Uruguai, a partir de 1890, no Paraguai, a partir de 1872 e no Peru, a partir de 1832. O que há em comum nessas narrativas é a naturalização de que os europeus eram racialmente superiores e possuíam as características necessárias para civilizar as nações recém independentes da América Latina. Porém, como se perceberá no próximo tópico, essas características racializadas sobre as nacionalidades são mais perceptíveis nas descrições do imigrante alemão.

O imigrante alemão racializado: agricultor, industrioso, pacífico e conservador

A Alemanha figura como principal país fornecedor de imigrantes para o Novo Mundo ao longo do século XIX. Abrantes e Pérez Rosales apresentam de forma enfática as estatísticas de saída dos alemães para o Novo Mundo e outros países europeus. No início de sua obra, Abrantes salienta:

A Alemanha com uma população de 40 milhoens he o paiz da Europa que tem fornecido e fornece o maior numero de colonos ao antigo e novo Mundo. Ha Colonias alemans no Russia meridional, da Bessarabia ate ao Caucaso; e entre os emigrados já estabelecidos no Argelia conta-se crescido numero de Alemaens. Perto de 6 milhoens de individuos de origem alemã figurão entre os 20 milhoens de habitantes dos Estados-Unidos da America (Abrantes, 1846, p.1).

Por outro lado, Pérez Rosales destaca:

Las fuentes principales de la emigracion moderna son la Alemania, la Inglaterra, la Suiza i la Francia. De estos cuatro receptáculos de la especie humana, parten canales conocidos hacia las rejiones desiertas del antiguo i del viejo continente. Del fondo de la Alemania emigrante, parten dos en sentido opuesto; uno atraído por las regalías i ventajas que le ofrece la Rusia; otro por la libertad i los encantos de la América, que es el que a nosotros interesa (Pérez Rosales, 1854, p.17).

O que precisa ser sublinhado nas passagens é a referência que ambos fazem a Alemanha e especificamente para o caso de Pérez Rosales, a países como Inglaterra, Suíça e França. No cenário dessas nações transpareciam “o industrialismo, o desenvolvimento tecnológico, o crescimento demográfico, a desarticulação da sociedade camponesa, as migrações em massa” (Menezes, 1985, p.10), impulsionadas pela Revolução Industrial que, iniciada na Inglaterra, afetou as condições sócio econômicas desses países ao longo do século XIX. Na análise de Menezes, “no interior de cada país industrializado, grande ou pequeno, operou-se uma redistribuição regional da população, caracterizada estatisticamente pelo brusco crescimento das cidades” e, ao mesmo tempo “das populações urbanas das regiões industriais e pelo concomitante aligeiramento da população rural” (Menezes, 1985, p.19). Além disso, a autora considera que as grandes cidades industriais europeias não tinham a capacidade de empregar todos os camponeses que se dirigiam até elas na procura de emprego, o que tensionou as relações sociais e criou necessidades imediatas, que caracterizaram a imigração como uma válvula de escape para os problemas econômicos e sociais. E, nesse sentido, parte dessa população embarcava para as Américas, “ou para fugir à pobreza, ou vislumbrando novas perspectivas de enriquecimento” (Menezes, 1985, p.19).

Desses apontamentos derivam os números que impressionaram e condicionaram a escrita de Abrantes e Pérez Rosales. Os imigrantes alemães, aos quais ambos fazem referência, teriam sido mais fortemente afetados pelo processo de industrialização na metade do século XIX, culminando na dinâmica de repulsão das populações camponesas para outros países e outros continentes – como é o caso dos Estados Unidos.

O segundo ponto que precisa ser destacado aparece na sequência da argumentação dos autores. Abrantes reitera:

A aptidão destes colonos para o trabalho da Agricultura, e para os Offícios e Artes, e o seu espírito pacífico e conservador achão-se provados por testemunhos os mais authenticos. Em Mensagens dos Presidentes da União Norte-Americana, principal teatro da colonisação moderna, tem-se feito o elogio da moralidade dos Alemaens, e do seu préstimo para a colonisação. Está mesmo demonstrado, que apesar da sua natural repugnancia à escravidão, os Colonos da raça alemã são ali opostos á opinião abolicionista, só por que aborrecem profundas e rapidas mudanças na ordem estabelecida. Amor ao trabalho e a família, sobriedade, resignação, respeito ás Authoridades, são as qualidades que distinguem os colonos alemaens, em geral, dos colonos de outras origens (Abrantes, 1846, p.2).

Pérez Rosales, por seu turno, argumenta:

Bremem, Hamburgo, el Havre, Hull i Liverpool son los puertos designados por la conveniencia, para el embarque del emigrado, i cada qual parece disputar a los demas el monopolio de hacer pasar por él la rica corriente de civilización i de industria que fluye sobre las playas americanas [...] De todos estos causes principales [Alemanha, Inglaterra, Suíça e França], así como de otros de menor valer, parten en distintas direcciones multitud de pequeños regueros, uno de los cuales de origen alemán, hace ya tres años que fecundiza el sur de Chile. Sus tempranos i benéficos frutos deben estimular a todo buen chileno a proponer a su ensanche, a fin que fluya por él hacia nosotros un torrente de brazos, de civilizacion i de riqueza (Pérez Rosales, 1854, p.17-18).

O que fica explícito na argumentação dos autores são os marcadores raciais que acompanham a nacionalidade alemã. Abrantes considera que os alemães possuem moralidade elevada, são mais aptos para a agricultura, o artesanato e têm amor pela família. Além de que seriam avessos à opinião abolicionista. Por outro lado, Pérez Rosales associa os imigrantes europeus à civilização e à indústria e, especificamente os alemães a pessoas trabalhadoras que podem trazer riquezas para o Chile – há apenas uma especificidade na argumentação de Abrantes com relação a Pérez Rosales: ao dizer que os alemães são avessos à ideia abolicionista, o autor dialoga diretamente com seus pares, pois não ser abolicionista em 1846 também pode ser percebido como qualidade em um país que tem por base o trabalho de escravizados. As demais qualidades que os autores atribuem aos europeus e especificamente aos alemães têm características semelhantes: no centro das ideias, os imigrantes estão associados às categorias taxonômicas de Linnaeus, no qual a inclinação para o trabalho, as artes, o artesanato, a família e a civilização são sublinhadas como qualidades que os distinguem dos demais.

Há também outro detalhe que merece atenção. O termo “raça” aparece apenas uma vez nos trabalhos de Abrantes e Pérez Rosales. Abrantes utiliza o termo “raça alemã” para falar dos colonos alemães. O mesmo ocorre com Pérez Rosales, que utiliza o termo para tratar de uma característica depreciativa dos chilenos – a intolerância religiosa –, no qual menciona que essa “afecta nuestra raza, i que el tempo i las luces aun no han podido destruir” (Pérez Rosales, 1854, p.46). Lembramos, novamente, das categorias taxonômicas de Linnaeus, que atribui qualidades aos europeus e classifica, de forma decrescente, as populações originárias dos outros continentes. Rosa Cabecinhas salientou que a “raciologia clássica” sempre relacionou as “raças” a diferentes origens e lugares particulares na evolução humana, as ordenando em superiores e inferiores. Os americanos, juntamente com as mulheres e as crianças, são também descritos como grupos mais próximos “da natureza do que da cultura, tendo em comum a curiosidade infantil, a impulsividade, a irritabilidade e a fraca capacidade intelectual” (Cabecinhas, 2008, p.166). Supomos que por compartilhar desse pensamento Abrantes e Pérez Rosales empregam o termo raça para referir-se aos alemães e aos americanos, utilizando qualidades e atributos que respondem à lógica taxonômica vigente. Aos primeiros, os atributos que os distinguem enquanto superiores, e aos segundos, os estereótipos racializados que desqualificam seus comportamentos, capacidades e qualidades.

Por outro lado, a baixa incidência do termo raça nas memórias de Abrantes e Pérez Rosales está circunscrita em uma questão de contexto. Para Marcus Vinicius de Freitas Rosa, “não era preciso falar em raça, quando havia projetos de modernização – tais como a imigração, a colonização e a ‘substituição’ – orientados por um entendimento racializado das nacionalidades” (Rosa, 2014, p.58). Nesse sentido, abordar a temática da imigração, colonização e para o caso específico brasileiro, da substituição dos escravizados pelos colonos europeus, significava abordar as diferentes dimensões existentes acerca da construção da ideia de raça. Além do mais,

a noção de raça identificável mais especificamente entre as décadas de 1820 e 1840 parecia herdeira dos critérios setecentistas de hierarquização social, voltados para as “origens” e “qualidades”, e que permitiam à raça abarcar a nacionalidade. É certo que no início da década de 1860 já era possível encontrar indícios de uma inovadora vinculação entre raça e ciência (Rosa, 2014, p.55).

Nesse sentido, o caráter científico atribuído a ideia de raça é característica dos herdeiros da teoria evolucionista de Charles Darwin, que sucede as ideias de Abrantes e Pérez Rosales. Para o caso dos autores, a noção racial pode ser percebida como resultado “da combinação de diferentes critérios herdados das sociedades de Antigo Regime e adaptados ao Brasil escravista” (Rosa, 2014, p.54) e ao Chile – que apesar de ter abolido a escravidão, construiu políticas de imigração e colonização pautadas na seleção de europeus, e não de asiáticos, africanos ou populações oriundas da Oceania.

Dentre os colonos europeus, há distinções importantes feitas pelos autores. Por mais que Abrantes e Pérez Rosales compreendam que os imigrantes europeus seriam os únicos capazes de “introducir capitales, introducir industrias, que a su vez i por su propia cuenta introducen brazos” (Pérez Rosales, 1854, p.27), haveria alguns cuidados que precisariam ser tomados nos processos de atração de imigrantes. Ambos entendem que não era qualquer europeu que poderia contribuir para o desenvolvimento de Brasil e Chile. “Vagabundos”, “proletários” e “marginales” poderiam trazer muitos problemas na área da segurança pública se imigrassem. Por isso, Pérez Rosales adverte nas primeiras páginas da sua memória: “si los gobiernos américo-hispanos no se apresuran a imitar su exemplo [Estados Unidos], cada dia se hará mas difícil i onerosa la adquisicion de buenos e intelijentes colonos” (Pérez Rosales, 1854, p.1). E, nesse sentido, Pérez Rosales continua sua crítica: “la idea tan jeneralmente gustada i repetida de promover la emigración de proletarios europeos a nuestro suelo, si se ha de llevar a cabo a expensas de nuestras mezquinas rentas, es de tan insignificantes resultados que ni merece mencionarse” (Pérez Rosales, 1854, p.24). Aprofundando o tema, o autor critica as municipalidades alemãs por facilitar o envio de “proletários”, “comunistas”, “prisoneiros” e “vagabundos” “que perturban allí el órden” (Pérez Rosales, 1854, p.28) para o Novo Mundo. Como exemplo, o autor cita: “el gobierno de Meclemburgo despachó por la via de Hamburgo a los reos de la penitenciaría, haciendo espantoso regalo, como si le mandase colonos próbidos e industriosos” (Pérez Rosales, 1854, p.29). Em decorrência desses acontecimentos, salienta que a elite chilena deveria estar atenta ao pauperismo vigente na Alemanha, pois compreende que era do interesse dos políticos se desfazer da população pobre, sem emprego e marginalizada:

Así como el mendigo viene a multiplicar sus miserias en América, el que no no lo es, pero que no tiene mas oficio que la fuerza motriz de sus brazos, ni cuenta con mas recursos que los del jornal en su propio país; no está mas de un paso de la mendicidad en el ajeno (Pérez Rosales, 1854, p.31)

Por outro lado, Abrantes destaca desde o início da sua argumentação que há uma alternativa para evitar a vinda de “vagabundos” para o Brasil. Para o autor,

os Regulamentos policiaes da mor parte dos Estados da Alemanha podem auxiliar na averiguação do caráter e ocupação do individuo que se quizer engajar. Cada trabalhador do campo ou das fabricas, cada creado de servir, cada proletário em fim he obrigado a ter um livreco, rubricado e fiscalizado pelos Commissarios de Policia, no qual se acha escripto o nome, naturalidade, e proffissão da pessoa que o tem, e se assentão as declaraçoens, feitas por aqueles á quem vae succetivamente servindo, sobre o modo por que se comportarão, e motivo porque deixarão o serviço. Nenhum lavrador, fabricante ou amo admite trabalhador ou creado sem exigir o respectivo livreco, e examinar as declaraçoens nelle escriptas, que devem estar selladas e rubricadas pela Policia (Abrantes, 1846, p.4).

Nesse sentido, seria papel dos engajadores de colonos fazer essa conferência entre a população desejosa de imigrar para o Brasil, pois aqueles que não estivessem portando o “livreco” poderiam ser vistos como “vagabundos” ou “imorigeros” (Abrantes, 1846, p.4), os imigrantes indesejáveis. Em outras palavras, “essas poucas referências mostram que o imigrante desejado devia ser, principalmente, um sujeito bem comportado e profissionalmente qualificado; não bastava ser europeu e branco” (Seyferth, 2015, p.14).

Por mais que exista essa diferenciação entre os alemães desejáveis e os alemães indesejáveis, os autores consideram que eles são a melhor opção para mudança de mentalidade das nações e os mais propícios para a entrada do progresso nos territórios. E nesse sentido, há algumas passagens de Abrantes e Pérez Rosales que reiteram essa questão. O primeiro argumenta:

Ha mais de 60 annos que os Alemaens não cessão de emigrar, procurando cada individuo ou familia, separadamente, achar fortuna em terra extranha: em massa ou collectivamente so tem emigrado por descontentamento religioso algumas comunidades, a saber, de Menonitas para a Russia no tempo de Paulo 1º, e de Separatistas para o Caucaso, para os Estados Unidos etc. Calcula-se que de 1824 á 44 tem anualmente emigrado da Alemanha 40.000 individuos, levando

consigo obra de 35 milhoens de florins em dinheiro e bagagens: assim que tem perdido o Paiz, nos últimos 20 anos, 800.000 habitantes validos, e perto de 700 milhoens de capitaes (Abrantes, 1846, p.8).

Pérez Rosales corrobora essa perspectiva. Para o autor: “Solo han bastado tres años al inmigrado alemán para sacar a Valdivia del estado de postración en que se hallaba, i para lanzarla en a via del progreso, de la cual le será mui difícil retrogradar” (Pérey Rosales, 1854, p.37). Os alemães carregariam consigo não apenas todas as qualidades que os destacavam, mas também dinheiro para investir e novas ideias para tirar os países da ociosidade. Ambos os autores tinham uma preocupação: a população brasileira e a população chilena, por si só, não conseguiriam mudar a situação na qual se encontravam em seus países. Está implícito na argumentação, a inferioridade da população América Latina e da África – elementos já reiterados pelo Conde de Buffon nesse mesmo período –, propensa à corrupção e à ociosidade, distantes do ideal civilizatório que estava sendo projetado. Para tornarem-se civilizados, era necessário, de fato, investir em imigração e colonização, pois brasileiros e chilenos só poderiam mudar através do exemplo dos europeus.

Esse argumento também tem espaço em uma nota que compõe o apêndice da memória de Abrantes. O autor traduziu uma carta escrita por Decosterd – Consul suíço na Bahia – para a *Sociedade Suissa para o Bem-Commum*, da qual compartilha da mesma ideia. Em um dos trechos, Decosterd afirma:

No meo parecer o que mais convem he obter huma população branca, intelligente, activa e numerosa que faça nascer com o movimento interior hum comercio animado; objeto muito mais importante e essencial: por que cada individuo, huma vez estabelecido, acharia logo huma occupação vantajosa, pela qual pudesse conseguir o mais necessario para tornar agradável a vida. Estabelecimentos fundados debaixo deste systema serão muito mais uteis, do que os que tivessem simplesmente por fim augmentar os productos do solo [...] outro embaraço para a formação de estabelecimentos no Brasil he tambem a escravatura. Deste flagello resulta que todo estrangeiro acostuma-se a crença de que o trabalho manual, sobretudo o do solo, he humilhante. Esta idéa não so faz com que o colono repugne ao trabalho ainda mais insignificante, mas tambem leva á considerar-se com huma especie de desprezo o branco que não se subjecta á esta opnião; e este desprezo he exprimido assim pelo branco ou liberto, como mesmo pelo escravo o qual pelo facto de vê-lo trabalhar considera-o logo inferior de condição (Abrantes, 1846, p.46).

Ao mesmo tempo, Abrantes trata da questão sob outro ponto de vista. No Brasil não está em pauta debater se a população não escravizada poderia trabalhar na agricultura, no artesanato ou em outras atividades que envolvessem diretamente o serviço braçal. Todavia, discutiam-se os malefícios que os escravizados poderiam causar para as populações europeias. Além de considerar que os africanos não estariam prontos para o trabalho livre, ainda reitera que os escravizados, caso inseridos em locais de trabalho assalariado, não saberiam o que fazer com o dinheiro. E isso, por si só, era considerado problemático, pois Abrantes entendia que o contato dos europeus com os africanos poderia transportar os vícios dos segundos para os primeiros. E assim, o autor considera que seria mais vantajoso que se escolhesse

uma província onde a cultura seja exclusivamente feita por trabalhadores livres, mediante jornaes avantajados, e onde possam encontrar administradores, feitores, e mesmo colonos veteranos, que lhes entendão a lingua. A existência da escravatura parece em verdade que repele a concurrencia do trabalhador livre, não tanto pela impossibilidade de emparelhar o branco com o negro na cultura das terras, como pela exiguidade dos jornaes estabelecidos, que embora sobrem para o africano não bastão de certo para o europeu (Abrantes, 1846, p.33).

O que se percebe novamente é a manipulação que os autores fazem das características taxonômicas de Linnaeus. Pérez Rosales compreende que os chilenos são fortes e têm uma vontade visível de se tornarem civilizados, mas não alcançam essa condição porque são preguiçosos e por não terem características de uma população intelectualizada. Juntamente com essas hierarquias, percebe-se que o autor internaliza algumas concepções do Conde de Buffon, como a inferioridade da América Latina em comparação à Europa e a incapacidade da sua população de melhorar suas condições de vida sem a intervenção de terceiros. Abrantes também parte de uma perspectiva racializada para pensar nos africanos escravizados. O autor compreende que caso fossem trabalhadores livres não saberiam o que fazer com o dinheiro recebido pelo serviço que estivessem prestando, em contraposição aos alemães, para quem o dinheiro recebido não seria o suficiente para sanar os anseios materiais e sociais. Pérez Rosales também compreende o europeu como alguém que faz muitos planos e é exigente acerca das questões que envolvem sua vida econômica e social,

argumentando: “las necesidades del hombre europeo son conocidas, las tendências que da la civilizacion a la mejora de condicion son tambien” (Pérez Rosales, 1854, p.53). Ou seja, ambos os autores partem do princípio de que investir em projetos de imigração e colonização é imprescindível para que Brasil e Chile se transformassem em países civilizados, pois suas populações, por si só, seriam incapazes de promover essa transformação. Para reforçar seu argumento, Pérez Rosales salienta:

Ya la experiencia lo ha acreditado Valdivia. El valor de los jornales en aquella provincia jiraba ahora tres años entre dos i tres reales, i era tal la escasez de brazos que se sufría, que era preciso ocurrir a Chiloé, para reemplazar aquellos que el ocio i la embriaguez enervaban. La emigracion proporciono de un repente de brazos i capacidades a su agonizante industria; el jornal subió de dos i tres a cuatro i ocho: los hijos del país, despertados con la expectativa del lucro, han unido activos de sus esfuerzos a los del emigrado, i a pesar de esto el salario se sostiene, la exportación se ha triplicado, los trabajos del campo i de la industria fabril se han impulsado como nunca, i el empresario gana (Pérez Rosales, 1854, p.54).

Essa perspectiva do autor em pensar na rentabilidade do solo, na impulsão comercial dada pelos imigrantes e as potencialidades que poderiam ser encontradas a partir da colonização com alemães, pode ter relação com os escritos dos intelectuais britânicos da vanguarda capitalista que viajaram para o Chile no período posterior à sua independência – e permaneceu por lá até a metade do século XIX. Para esses viajantes, impulsionados pela Revolução Industrial e legitimados a partir das relações estabelecidas entre o governo chileno e o governo britânico, tudo no Chile está à espera de homens civilizados, com perspicácia de agricultores/capitalistas arrojados para alavancar o progresso nessa terra do Novo Mundo. “Que cenário para um agricultor arrojado! Atualmente, tudo está negligenciado” observou John Mawe, durante sua passagem pelo Chile (Pratt, 1999, p.258). Pratt reitera que esses viajantes enxergavam a natureza chilena como incômoda e inexplorada, salientando seu caráter primitivo, que estaria diretamente relacionado com o fracasso da audácia humana relacionada ao homem chileno – “a negligência passa a ser a pedra de toque de uma estética negativa que legitima o intervencionismo europeu” (Pratt, 1999, p.258).

Nesse sentido, tanto os africanos escravizados, no caso brasileiro, quanto a população menos favorecida do Chile são percebidas por Abrantes

e Pérez Rosales a partir de uma perspectiva racializada. Os atributos que os autores utilizam para se referir a esses grupos partem de um princípio de inferioridade, tendo como base para essa observação as sociedades europeias, dotadas de características e qualidades que os distinguem positivamente dos demais. E dentro dessas qualidades, como pode ser percebido até aqui, a nacionalidade alemã é uma das características mais notáveis. Junto com ela, aparecem sua predisposição para o trabalho, resignação, amor pela família e grande capacidade para gerenciar capitais. Em contraposição, as sociedades americanas são descritas a partir de adjetivos que desqualificam sua capacidade econômica e cultural, como a falta de perspectiva dos trabalhadores chilenos – que se contentariam com pouco – e a passividade dos povos africanos. Portanto, as qualidades, as nacionalidades, as características profissionais, de condição social, econômica e cultural traduzem uma ideia de raça, que é enunciada explicitamente ou implicitamente através das hierarquias dos diferentes grupos humanos.

Considerações finais

O presente texto teve como objetivo refletir sobre as discussões racializadas acerca do clima, da geografia e da nacionalidade vinculados às discussões sobre imigração e colonização na América Latina entre as décadas de 40 e 50 do século XIX. Para tanto, foram exploradas obras produzidas por intelectuais latino-americanos durante o período.

A análise evidenciou que os autores construíram suas argumentações a partir de uma perspectiva racializada, que serviu para legitimar sua defesa na imigração com imigrantes europeus. As concepções apresentadas estavam sedimentadas nas ideias científicas desenvolvidas desde o início da modernidade, com maior ênfase para autores como Linnaeus – o qual defendeu que os seres humanos possuíam qualidades e capacidades que diferiam conforme o continente de nascimento, dando preponderância a Europa e desqualificando os demais seres humanos –, Buffon – cujo princípio da inferioridade do continente americano foi apresentado em *Historie Naturelle* – e Humboldt – que apesar de defender a exuberância da natureza americana, desqualifica sua população.

Tais conotações ficaram evidenciadas a partir dos trechos selecionados para a análise. Primeiro, através da descrição dos imigrantes ideais: a nacionalidade foi um dos marcadores raciais mais preponderante. A escolha retórica dos autores se concentrou no imigrante alemão. A ele eram atribuídas qualidades como resignação, aptidão para o trabalho, bom colono, industrioso, amor pela família e inteligência. Segundo, a partir da desqualificação das populações nacionais: os autores percebiam as sociedades latino-americanas como inferiores. Sem a imigração europeia, dificilmente se poderia esperar que as nações se transformassem em países civilizados e modernos. Isso porque ambos partiam do pressuposto que as populações eram desqualificadas para tal. No Brasil, os africanos eram vistos como sinônimo de barbárie e incapazes de participar da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. No Chile, as populações nacionais e os povos indígenas também eram percebidos sob o mesmo prisma - tal como Pérez Rosales defendeu, sem a imigração europeia não se poderia esperar algum avanço na área econômica e nem na área social e cultural. Terceiro, através da construção de regiões adequadas para receber imigrantes: os autores defenderam que os europeus deveriam ser alocados nas regiões sulinas da América Latina, pois as condições eram mais propícias para a aclimação e proporcionavam um melhor desenvolvimento intelectual. A construção desse espaço territorial ideal estava relacionada com o clima dos Estados Unidos; ou seja, apontar que havia lugares parecidos na América Latina poderia despertar o interesse dos imigrantes.

Essas características que marcam o discurso imigrantista da época possuem antecedentes hierárquicos racializados. A aptidão do colono europeu é contraposta à indolência e a preguiça dos povos americanos e africanos. O clima frio e úmido do Sul é contraposto ao clima quente dos trópicos, no qual os seres humanos estariam sujeitos a doenças, alcoolismo e concubinação. Novamente, a característica climática europeia favorece as capacidades cognitivas dos seres humanos enquanto o calor dos trópicos induziria a diversos vícios. Os autores manipularam diferentes proposições teóricas para defender um projeto de imigração e colonização com imigrantes europeus. Essas proposições partiam do pressuposto da hierarquização racial dos seres humanos, utilizado para viabilizar projetos políticos de ocupação territorial.

Referências bibliográficas

ABRANTES, V. de. **A missão especial do Visconde de Abrantes**. De outubro de 1844 á outubro de 1846. Rio de Janeiro: Imprensa da casa Imperial, 1853.

ABRANTES, V. de. **Memoria sobre os meios de promover a colonisação**. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

ALBERDI, J. B. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina**. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916.

ALMEIDA, M. C. du P. e. **Memoria sobre a cultura do tabaco**. Bahia: Typographia do diário, 1835.

ALMEIDA, M. C. du P. e. **Memoria sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonisação nesta província**. Bahia: Typographia do diário, 1835.

AZEVEDO, C. M. M. de. **Dois estudos sobre imigração e racismo**. São Paulo: Annablume, 2012.

AZEVEDO, C. M. de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETHENCOURT, F. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2015.

BLUME, W. A. **As inúmeras faces de um escrito: análise da obra "Memória sobre os meios de promover a colonisação", do Visconde de Abrantes**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Orientador: Marcos Antônio Witt, 2017.

BLUME, W. A. **Memórias imigrantistas: Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos. Brasil e Chile. Século XIX**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo, 2020. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9413/Welington%20Augusto%20Blume_.pdf?sequence=1&isAllowed=y

CABECINHAS, R. Racismo e Xenofobia: a actualidade de uma velha questão. **Comunicación e Ciudadania**. n. 2, 2008. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9639/1/Cabecinhas_Co_municationCiudadania_2008_vol2.pdf

COSTA, J. S. M. da. **Memoria sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionar**. 1821.

DOMEYKO, I. **Memoria sobre colonización en Chile**. Santiago: Imprenta Julio Belén y Ca., 1850.

FASSIN, D. **Enforcing Order: An Ethnography of Urban Policing**. Cambridge: Polity Press, 2014.

FASSIN, D. Nem Raça, nem Racismo: o que Racializar significa. In: MACHADO, M. H. P. T.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). **Emancipação, Inclusão e Exclusão: desafios do passado e do presente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

IOTTI, L. H. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. IOTTI, L. H. (org.). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MACKENNA, B. V. **Bases del informe presentado al Supremo Gobierno sobre la inmigracion extranjera**. 1854

NORAMBUENA, C. **Politica y legislacion inmigratoria en Chile**. 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990.

ODDONE, J. Fuentes uruguayas para la historia de la inmigración italiana. **Estudios Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe**, 3(1),1992, 83-92. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1273>

PALAU, T.; PÉREZ, N.; FISCHER, S. **Inmigración y emigración en el Paraguay 1870 – 1960**. BASE Investigaciones Sociales IPGH, Instituto Panamericano de Geografía e Historia. Asunción, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20120911120450/Doc90.pdf>

PANIAGUA, E. R. M. P.; COLVERO, R. B.; PINTO, M. A geopolítica e a política externa do Império brasileiro na região platina no século XIX (1844 – 1864). **Estudios Históricos**. CDHRPyB. Año VII, N° 15. Uruguay, 2015. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/15/eh%201507.pdf>

PÉREZ ROSALES, V. **Diario de un viaje a California**: 1848-1849. Sociedad de bibliófilos chilenos. Santiago, 1949.

PÉREZ ROSALES, V. **Ensayo sobre Chile**. Introducción y notas de Rolando Mellafe, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1986.

PÉREZ ROSALES, V. **Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion**. Santiago: Imprenta de Julio Belin, 1854.

PÉREZ ROSALES, V. **Recuerdos del passado (1814-1860)**. Tomo I e II. Santiago: Editorial Andrés Bello; Sociedad Editora Revista ERCILLA Ltda, 1983.

PRATT, M. L. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

PRIORE, M. D.; VENÂNCIO, R. P. **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ROSA, M. V. de F. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SALOMON, M. O clima, a imigração e a invenção do Sul do Brasil. In: ARRUDA, G. (orgs.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

SARMIENTO, D. F. **Facundo: civilización y barbarie**. 1845.

SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 26 nº 77, São Paulo, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>

SEYFERTH, G. A noção de raça no Brasil. In: ZANINI, M. C. C. (orgs.). **Por que “raça”? Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, G. Colonos morigerados e estrangeiros irreduzíveis. Representações contraditórias sobre os imigrantes no Brasil. In: BAHIA, J.; SANTOS, M. (orgs.). **Migrações, redes e trajetórias entre a Alemanha e o Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

SEYFERTH, G. **Estudos sobre a imigração alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SILVA, J. E. P. da. **Memória sobre a Escravidão e Projecto de Colonização dos Europeus e Pretos da África no Imperio do Brazil**. 1826

VENTURA, R. Leituras de raynal e a ilustração na América Latina. **Estudos avançados**. vol.2 nº.3. São Paulo Sept./Dec. 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300003